

Associações de Professores de Educação Física – APEF

SERGIO SARTORI

Associations of Physical Education Teachers – APEF

The Associações de Professores de Educação Física (Associations of Physical Education Teachers – APEF) in Brazil are state and municipal associative and professional institutions that aim to organize the physical education profession at undergraduate level in order to develop political, technical and social actions within the sphere of physical education, sports, and physical activities of health and recreation/leisure. After the first APEF was founded in São Paulo-SP in 1935, all of the other state APEFs were successively created up to the 1970s when municipal

APEFs started to appear, showing a tendency that still exists today. The Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física (Brazilian Federation of Physical Education Teachers' Associations of) was founded in 1946 to create the Conselho Profissional de Professores de Educação Física (Professional Council of Physical Education Teachers), which took place only in 1998. During the period of expansion (second half of the 20th century), the APEFs selected and proposed in different opportunities and compositions the following

objectives: to organize the professional category, to launch professional recycling courses, to organize conferences, to promote forums, deliberations and collective political actions, to develop social activities, to render services (insurance, credit services, loans, health insurance plans etc), to publish magazines and books focusing on professional themes. Although there are no precise data of activities conducted by all the APEFs together, members are estimated to be at least 20,000 physical education professionals.

Definição e origens As APEF são entidades associativas de caráter estadual e municipal que visam organizar a categoria profissional de Educação Física de nível superior com o propósito desenvolver ações de natureza política, técnica e social no âmbito da Educação Física, dos esportes e das atividades físicas de saúde e de lazer. A primeira APEF teve origem na mesma época da criação dos cursos superiores de Educação Física durante a década de 1930. A pioneira foi a de São Paulo-SP, fundada em 1935, e em seguida, já na década de 1940, surgiram a do Rio Grande do Sul-RS, em 1945, e a do Rio de Janeiro-GB (depois RJ), fundada em março de 1946. Neste mesmo ano de 1946 – e mais precisamente a partir dessas três entidades – foi fundada a Federação Brasileira das Associações de Professores de Educação Física com o propósito de criar a Ordem ou o Conselho Profissional de Professores de Educação Física. No geral, as APEF ao de expandirem por todo o país ao longo da segunda metade do século XX, elegeram em diferentes oportunidades e composições as seguintes funções: organização da categoria profissional, cursos de aperfeiçoamento, realização de congressos, promoção de fóruns, deliberações e ações políticas coletivas, desenvolvimento de atividades sociais, prestação de serviços (seguros, consórcios, caixa de empréstimos, planos de saúde etc) bem como publicação de revistas e livros focalizando temas da profissão de Educação Física.

Décadas 1940-1950 As APEF adotaram, nesta fase, uma postura predominante de aperfeiçoamento profissional avançado para seus associados e para a própria classe de professores de Educação Física. O meio predominante foi constituído por cursos em períodos de férias, então denominados de “Estágios Internacionais”. Para isso, as entidades líderes de SP, RS e RJ trouxeram prestigiados professores do exterior, de modo sistemático, com o apoio financeiro da então existente Divisão de Educação Física-DEF do Ministério da Educação e Saúde, sobretudo na fase em que Alfredo Colombo era o diretor, após 1956. Os mestres estrangeiros, em alguns casos, influenciaram na geração de escolas de pensamento e de tendências em versão brasileira. Neste particular, pontificaram Auguste Listello (França), Gehrard Schmidt (Áustria), Ivan Vargas (Iugoslávia), Piero Manarino (Itália), Margareth Froelich (Suécia) e Ilona Peuker (Hungria), esta última já vivendo no Brasil. Estes professores e os cursos de qualidade oferecidos pelas APEF efetivamente contribuíram para a passagem do Método Francês – método de instrução de exercícios físicos oficializado pelo Ministério da Educação e Saúde para todo o território nacional desde a década de 1930 – para formas abertas de ensino e conteúdos mais voltados para esportes.

Década de 1960 Os cursos de alto nível das APEF líderes passaram a incluir professores nacionais que já se destacavam em intervenções técnico – científicas no Brasil ou em países sul-americanos vizinhos, tais como Antônio Boaventura, (ginástica), Julio Mazzei (futebol) e Henrique Nicollini (natação). Em termos de intercâmbio sul-americano cabe registrar a participação de Milton Confré e Nelly Gomes, do Chile. Acrescente-se que o modelo das APEF foi adotado pelo SESC do Estado de São Paulo na área de atividades de lazer. Mesmo mais flexível pela própria natureza, esta área sofreu modificações conceituais importantes promovidas por Jofre Dumazedier (França) neste período, ao irradiar sua influência a partir de cursos de curta duração para professores de Educação Física. Em 1962, a DEF do Ministério da Educação e Saúde retirou seu apoio aos cursos internacionais, reduzindo assim a influência das APEF na classe profissional de Educação Física em âmbito nacional. Até então cerca de 600 professores por ano saíam de seus Estados em direção ao RS, SP e RJ para tais cursos (Rego Barros, 2003).

Década de 1970 Até este período as APEF tiveram expansão na dependência do crescimento da oferta de cursos superiores de educação física cobrindo a maior parte dos Estados. Registre-se ainda que até o final dos anos de 1960 surgiram APEF no Paraná e em Pernambuco. Estas novas entidades continuaram a tradição de promover eventos de natureza técnico-científica, sobretudo programas de capacitação profissional. Também neste estágio de evolução das APEF, os primeiros sinais de estagnação em termos de atividades fizeram-se presentes. Este desaceleração deveu-se tanto ao retorno de professores brasileiros pós-graduados no exterior (mestrado e doutorado) como pela criação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE. Ambos os fatos representaram estímulos a um pensamento acadêmico mais voltado para problemas e soluções nacionais, distantes portanto, de fórmulas importadas. Além disso, o país entrou na fase de organização de congressos que substituiu a fase de cursos de aperfeiçoamento. Quanto à expansão propriamente dita, ocorreu nesta década um crescimento principalmente de APEF locais (municipais), sobretudo nos Estados de PR e SC, coincidente com a tendência à interiorização das Instituições de Ensino Superior em Educação Física. Destaca-se também neste período as deliberações do Congresso de Educação Física realizado pela APEF-GB (hoje RJ) que determinou as ações para que se processasse a luta pela regulamentação da profissão.

Década de 1980 Revitalização da Federação das APEF, sob liderança de Inezil Pena Marinho, que assumiu de imediato as propostas de uma Educação Física de criação nacional – elegendo a capoeira como “método nacional” – e voltada prioritariamente para a regulamentação da profissão. Em 1985, a proposta de Inezil logrou ser aprovada pelo Congresso Nacional, mas foi vetada pelo Presidente da República, José Sarney. A segunda tentativa para a regulamentação profissional somente reapareceria no início dos anos de 1990. No início desta década surgiu a APEF de MG, que adotou o modelo de núcleos municipais.

1984 Elaboração da Carta de Belo Horizonte, que reforçou o suporte da ética como base da regulamentação profissional e a necessidade de um desenvolvimento da Educação Física brasileira apoiado em bases educacionais e de pesquisas científicas. Este documento de produção coletiva foi gerado em proveito de uma articulação entre o Movimento Esporte para Todos e a nova Federação das APEF. Outro resultado deste apoio mútuo foi a criação de APEF nos Estados brasileiros ainda não cobertos por tais entidades.

Interpretação do desenvolvimento – anos de 1980 Neste período, a proposta da regulamentação e respectiva busca de uma representatividade no contexto da política nacional trouxe avanços e retrocessos na tentativa de mobilização dos profissionais de Educação Física. Basicamente o conflito estabeleceu-se entre defensores da possibilidade de existência de uma categoria profissional específica e defensores da proposta de esvaziamento do movimento das APEF em face ao atrelamento ao movimento sindical. Confere-se ainda que, neste período, havia APEF em funcionamento em quase todos os estados brasileiros. Entretanto, ao final da década e início dos anos de 1990, em virtude da derrocada do primeiro projeto de lei que visou a regulamentação da profissão, identificou-se um esvaziamento no movimento das APEF, resumindo sua existência às associações que sobreviviam do desconto em folha e que ainda realizavam eventos.

Década de 1990 O funcionamento das APEF neste estágio configura-se a partir do resgate do movimento pela regulamentação da profissão, liderado pela APEF-RJ, com apoio dos segmentos de RS, SP, MG e SC. Retornou-se, então, ao ideário que deu origem às

APEF propriamente ditas nos anos de 1940 e à Federação renovada dos anos de 1980. O marco que encerra esta fase bem sucedida, na sua proposição central, é o da criação do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, em 1998, pela Lei 9696, com o propósito de regulamentar a profissão e estabelecer um correspondente código de ética. Neste estágio também se ampliou a tendência à prestação de serviços (seguros, empréstimos etc), gerando maior variedade de funções nas APEF estaduais.

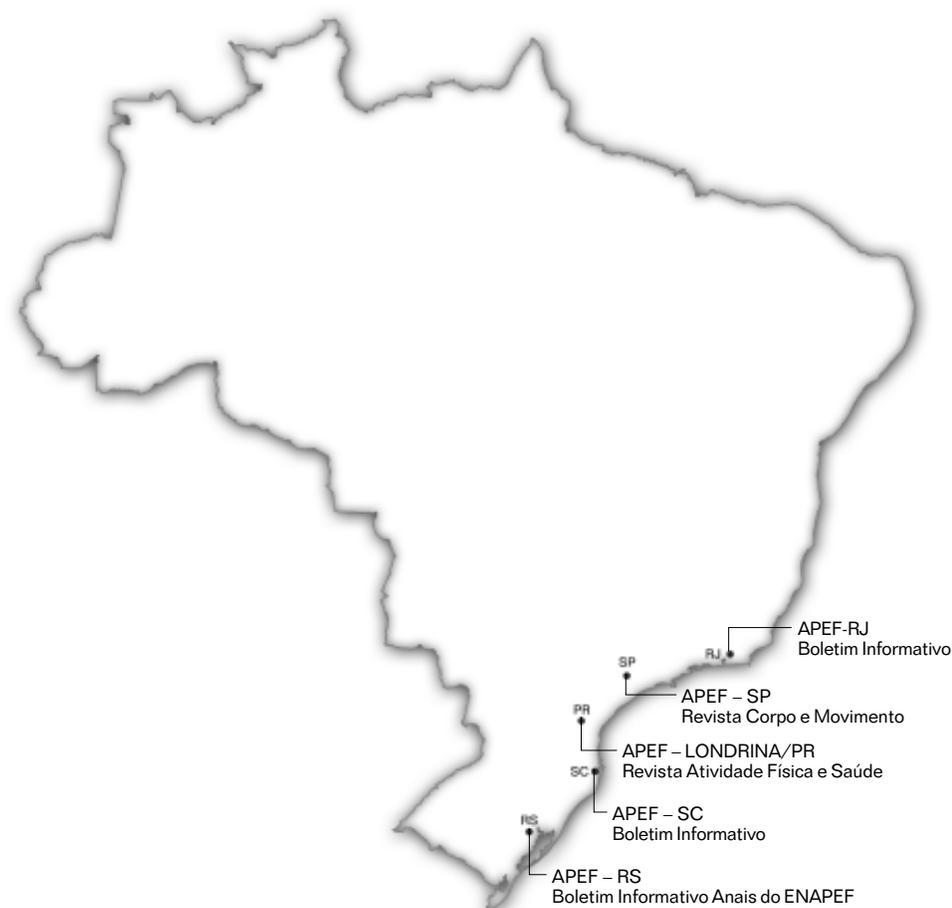
Situação Atual O crescimento das APEF tem acontecido pelo surgimento espontâneo de capítulos municipais em diversas regiões do país. O porte nacional deste novo tipo de entidade pode ser estimado pelo total de 25 entidades participantes na reunião que elegeu os primeiros membros do Conselho Federal de Educação Física em 1998. Embora não se tenham hoje dados precisos sobre as APEF estaduais em conjunto em sua representatividade nacional, pode-se avaliar suas novas tendências por entidades selecionadas em suas proposições e realizações, divulgadas por publicações próprias e por páginas institucionais na Internet. A nova tendência de municipalização das APEF, por exemplo, é mais evidente no Estado do Paraná, onde se contava no final de 2003 um total de 32 entidades municipais (FAPEF/PR, 2004). Em razão deste número foi criada naquele Estado uma federação estadual: a FAPEF/PR. Esta federação operava em 2003 em parceria com um sindicato: o SINDEFEPAR, isto é, o Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Paraná, cujo presidente era o mesmo da federação. Nestas condições, há um novo modelo de associativismo profissional embrionário no país que concilia APEF com o sindicalismo e com a regulamentação da profissão e seu Código de Ética.

Já no RS, a conciliação se faz com a tradição, pois a APEF-RS é hoje a maior do país com 8.834 sócios (dado do final de 2003) e continua mantendo seus eventos de congregação profissional. Assim, o Encontro Nacional de Educação Física – ENAPEF, realizado anualmente na cidade de Capão da Canoa – RS, terá sua 30ª edição em 2004. Do mesmo modo acontece com o Congresso Gaúcho de Educação Física – CONGEF, evento anual que a APEF-RS organiza em Tramandaí – RS, sempre no mês de novembro. Além disso, esta Associação líder no país em sua categoria disponibiliza de forma bimestral o jornal da APEF-RS, ferramenta de comunicação entregue de forma gratuita aos associados. Ainda do âmbito de publicações, a entidade resgatou em 2003 a sua revista técnico-informativa (“Boletim Informativo”) antes tradicional na Educação Física brasileira. Entre os serviços disponíveis aos sócios, destaque-se também o Cartão do Associado, possibilitando descontos e vantagens em estabelecimentos comerciais. A APEF-RS participa de movimentos sociais, como o Agita Rio Grande, e apóia o desenvolvimento da classe por meio de seus veículos de comunicação, assim como a fiscalização que é realizada pelo CREF-2 do RS. Nestes termos, no caso da APEF-RS encontra-se mais uma vez a parceria com o CONFEF, como um posicionamento renovador do movimento das APEF em suas seis décadas de existência. De um modo geral, as APEF por todo o Brasil no estágio atual estão operando entre os modelos do RS e do PR em graus e composições distintas. Informações das APEF de MG, MS, MT e RJ são encontradas adiante a fim de apreciar os tipos de funcionamento destas entidades no Brasil. Estimadas em conjunto e de acordo com os casos ora em pauta neste capítulo, as APEF de todo o país devem totalizar um mínimo de 20 mil associados embora seja desconhecido o número de membros ativos e grau de adimplência destes participantes.

Fontes Darcymires Rego Barros em testemunho na Revista E.F. – Confef, nº 10, dezembro de 2003; www.apefrs.com.br; FAPEF/PR. A Educação Física e suas Amplitudes. Sergio Nascimento (Org.), 2004

Publicações das APEF por localização, 2003

APEF bulletins and magazines per location, 2003



APEF do estado do RJ – APEF- RJ, 1946 – 2003

APEF of Rio de Janeiro State, 1946 – 2003

Origem: 29 de março de 1946; Primeiro Presidente: Inezil Penna Marinho; Presidente atual: Sergio Kudsi Sartori; número de cadastrados: 2.430; Principais ações: publicação do Boletim Informativo APEF-RJ (desde 1947), de Organização de Competições de Esporte Coletivos – Renato Brito Cunha 1970, de Coletânea de Prova Para Concurso 1985 – Jorge Stenhilber e Jose Vieira, e versão 2001 – Sergio Sartori e Walfrido Amaral; Organização da categoria profissional no âmbito do Estado; Luta contra a extinção da carreira de Professor de Educação Física no Distrito Federal – 1946; Movimento pela regulamentação da profissão no Estado e em todo o país; Defesa pela garantia de três aulas semanais nos currículos escolares; Realização de congressos técnicos e científicos e desenvolvimento de cursos de Extensão Universitária (curso implantação do método calistênico,

programa de difusão de danças folclóricas etc); Busca de definições de terminologia nas atividades inerentes à Educação Física; Desenvolvimento da atividade acadêmica e profissional (prêmio Rui Barbosa); Aquisição de sede própria; Promotora de programas de capacitação profissional: Cursos de Reciclagem e Preparatório para Concursos do Magistério desde 1952, exclusivo para associados; Realização do Programa de Instrução Profissional para Provisionados 2000; Realizações de Fóruns: Educação Física Escolar, Esporte, Regulamentação das Atividades de Academias, Políticas Públicas; Difusora do processo de descentralização do movimento das APEF no país; Realização de Atividades sociais (Excursões, Festividades e Comemorações); APEF municipais do RJ: Campos, Niterói, Rio das Ostras, Costa Verde, Valença, Barra e Campo Grande.

APEF de Minas Gerais – APEFMIG, 1980 – 2003

APEF of Minas Gerais State, 1980 – 2003

Esta APEF foi fundada em 29 de março de 1980 e tem em seu acervo as seguintes realizações e intervenções: o conflito entre profissionais de Educação Física e Fisioterapeutas em relação ao mercado de trabalho; conquista do espaço de trabalho dos profissionais na ministração de aulas de 1ª a 4ª série; discussões e deliberações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB e garantia da inclusão da Educação Física nesta mesma Lei; participação no “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, através da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física – FBAPEF; discussões das Leis Desportivas – LDBD; participação na lei orgânica do Estado de Minas Gerais; impedimento da implantação dos cursos de estudos adicionais; discussões sobre a regulamentação da profissão; intercâmbio entre os profissionais do Estado; criação de APEF e Núcleos Municipais e Regionais; trabalho integrado entre as demais entidades de Educação Física; participação ativa na construção dos Conselhos

Regionais e Federal da Educação Física; trabalho integrado junto a Secretaria de Estado da Educação na conquista de mais emprego e valorização dos Profissionais de Educação Física; participação na Assembléia que elegeu a primeira Diretoria do CONFEF no Rio de Janeiro; ação conjunta com o CONDIESEF e CREF 6 nas questões da regulamentação da profissão; e luta pela reativação da FBAPEF.

Hoje a APEFMIG promove ampliação do número de APEF e Núcleos, bem como estimula a reativação das entidades desativadas e manutenção das APEF ativas nos seguintes municípios do Estado de MG: Juiz de Fora, Barbacena, Cataguases, Ubá, Conselheiro Lafaiete, Itajubá, Pouso Alegre, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Uberlândia, Araguari, Monte Carmelo, Tupaciguara, Frutal, Iturama, Uberaba, Patos de Minas, Araxá, Ituitaba, Monte Carmelo, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Caratinga.

APEF de Mato Grosso do Sul – APEF-MS, 1980 – 2003

APEF of Mato Grosso do Sul State, 1980 – 2003

A Associação dos Profissionais de Educação Física de Mato Grosso do Sul foi fundada no dia 17 de setembro de 1980. Esteve ativa realizando eventos e participando dos movimentos e discussões relacionados à Educação Física do Estado, até o ano de 1991. Em seguida foi desativada de maio de 1994 a fevereiro de 1998. Reativou suas atividades no dia seis de abril de 1998, com uma diretoria que promoveu os seguintes reajustes: voltar a realização do Encontro Estadual de Educação Física; mobilização no Estado pela Regulamentação da Profissão; reativação das Coordenações de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e na Secretaria de Estado de Educação. A APEF-MS foi fundada reunindo 300 profissionais e hoje conta com 1.000 associados. Desde o início houve representantes de municípios do Estado, depois o Estatuto permitiu Diretorias Municipais nas cidades maiores e hoje há 10 destas entidades filiadas. Atualmente, a APEF-MS fomenta a organização de APEF municipais, as quais hoje totalizam 5, sendo 3 efetivadas e 2 em organização. As ações mais representativas ao longo de sua existência foram: desde 1980 participar das discussões e movimento brasileiro pela regulamentação da profissão; desde 1998 realizar o Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física; e fazer transitar e unificar as informações da Educação Física nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Os eventos mais proeminentes realizados foram: 1998 – 1º Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física (300 pessoas); 1999 – 2º Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física (400 pessoas), 1º Seminário de Legislação Desportiva (50 pessoas) e Seminário de Educação Física Profissão Regulamentada: Realidade e Desafios (120 pessoas); 2000 – 3º Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física (500 pessoas) e 2º Seminário de Legislação Desportiva (80 pessoas); 2001 – 4º Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física (350 pessoas) e 1º Simpósio Sul-Mato-Grossense de Educação Física Escolar (60 pessoas); 2002 – 5º Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física (600 pessoas) e 2º Simpósio Sul-Mato-Grossense de Educação Física Escolar (125 pessoas); 2003 – 6º Encontro Sul-Mato-Grossense de Educação Física – 13 a 16 de agosto, e 3º Simpósio Sul-Mato-Grossense de Educação Física Escolar – 25 s 27 de setembro.

APEF de Mato Grosso – APEF-MT, 1998 – 2003

APEF of Mato Grosso State, 1998 – 2003

A APEF – MT foi fundada em 27 de outubro de 1998 e em 2003 a entidade contava com 1.200 associados, mas apenas cerca de 100 são efetivamente participativos. A entidade não possui núcleos, mas representantes de cada segmento dentro do Estado, como por exemplo profissionais de academias, proprietários de academias e profissionais que atuam no setor público. Avanços: Indicação de profissionais como representante dentro do Conselho Estadual de Esporte e Lazer, Conselho Municipal da Capital de Esporte e Lazer; Participação em vários seminários, encontros dos profissionais da área; Reconhecimento pelo Estado como de Utilidade Pública; Indicação de projeto Leis para organização, criação e fiscalização de Academias e criação de Academias Públicas; Contatos com Sindicatos, Secretarias Estaduais, Municipais e Públicos. Outras lutas: ocupar os cargos dentro dos Conselhos, pois se pretende alterar a lei para ocupar uma vaga no Conselho Estadual de Educação e no Conselho Estadual de Saúde; e consolidar o Sistema CONFEF/CREF em Mato Grosso.